

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2024**

### **Promover a optimização contínua dos direitos e interesses dos trabalhadores no acesso ao emprego e reforçar a segurança social**

Há dias, foi concluída com sucesso a eleição do sexto Chefe do Executivo, e creio que o novo Governo vai continuar a liderar e a unir todos os sectores da sociedade, a promover a implementação do princípio “um país, dois sistemas”, a desenvolver a economia e a beneficiar a população. Espero que o Governo continue a seguir o princípio governativo de “reforçar as garantias e melhorar a qualidade de vida da população”, reforçando ainda mais o sentimento de felicidade dos residentes de Macau.

Ao longo dos 25 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, todos os sectores sociais envidaram esforços para promover o desenvolvimento económico e social de Macau, tendo alcançado alguns resultados, mas, ao mesmo tempo, enfrentaram-se muitos desafios e problemas sociais profundos por resolver. No caminho da reconversão económica e da diversificação industrial, muitos trabalhadores deparam-se com problemas de emprego, por isso, o Governo deve continuar a aperfeiçoar a protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores locais, a fim de aumentar a competitividade e as oportunidades de desenvolvimento dos residentes, revitalizar a economia social e melhorar a qualidade do emprego e o bem-estar da população. Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro - Resolver o problema do desemprego estrutural que os residentes enfrentam. A taxa de desemprego mantém-se num nível relativamente baixo, no entanto, alguns residentes continuam a enfrentar o problema do desemprego estrutural e têm baixos rendimentos, portanto, há que aumentar a qualidade do emprego dos residentes. Assim, proponho ao Governo que continue a empenhar-se na formação profissional, no apoio ao emprego e nos trabalhos de conjugação de emprego dos residentes, no sentido de melhorar os salários, as regalias e as garantias, e que inicie, em tempo oportuno, os trabalhos de revisão e alteração da legislação laboral, por exemplo, rever a licença de maternidade e as férias anuais, com vista a elevar a qualidade de emprego dos trabalhadores locais e proteger os seus direitos e interesses.

Segundo - Nos termos da lei, a contratação de não residentes é seguida da prioridade dos locais no acesso ao emprego e da manutenção do seu emprego, e não é admitida a redução dos direitos laborais nem a resolução intencional e sem justa causa de contratos de trabalho com os trabalhadores locais, e mais, não é permitida a importação de mão-de-obra para as funções de *croupier*, supervisor e motorista. Espero que o Governo continue a seguir estes princípios definidos na lei, controle as autorizações e aperfeiçoe o regime de importação de mão-de-obra, fiscalizando, especialmente, a existência de falsas contratações de não residentes e as situações que prejudiquem o emprego dos trabalhadores locais, portanto, há que manter a estabilidade do emprego nos diversos

sectores e dar importância à formação de quadros qualificados locais. Para além disso, tendo por base a proporção de trabalhadores locais em cargos de gestão de nível médio e superior definidos pelo Governo para as concessionárias do jogo, o Governo deve também definir objectivos para a formação de quadros qualificados locais para os outros sectores e grandes empresas que reúnam condições para o efeito, no sentido de promover o desenvolvimento profissional dos locais. Há ainda que reforçar as acções de inspecção e de combate ao trabalho ilegal, concretizando o conceito de protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores nos termos da lei.

Terceiro - O Governo deve lançar planos específicos para o emprego e desenvolvimento dos jovens e das pessoas de meia idade. Segundo muitos residentes, os recém-graduados e os jovens, devido à falta de experiência, entre outros factores, não conseguem encontrar emprego adequado ou ingressar nas indústrias “1+4”, e alguns trabalhadores, devido à idade avançada, têm menos oportunidades de emprego e dificilmente conseguem arranjar um novo emprego depois de serem despedidos ou de serem reformados antecipadamente. Assim, apelo novamente ao Governo para lançar mais medidas complementares de apoio ao emprego e reforçar o emparelhamento de emprego para os residentes. Deve, por exemplo, lançar planos específicos de emprego ou subsídios para os recém-graduados e as pessoas de meia idade, e criar, de forma sistemática, regimes de formação profissional, de estágio e de acreditação, para apoiar os trabalhadores a adaptarem-se às mudanças do mercado de trabalho.

Por fim, concordo plenamente com o objectivo de reforçar a segurança social, apresentado pelo Chefe do Executivo eleito, Sam Hou Fai. Para além de aperfeiçoar as políticas de emprego para os residentes terem rendimentos estáveis e se prepararem para a vida pós-aposentação, o Governo deve ainda aperfeiçoar o regime de segurança social, rever, em tempo oportuno, o nível de protecção na velhice e as diversas prestações, incluindo as normas relativas ao subsídio de desemprego, proceder ao ajustamento adequado e adoptar medidas concretas no sentido de otimizar o regime de segurança social de dois níveis e de aperfeiçoar o sistema de protecção dos idosos com vários níveis e pilares, para os residentes partilharem dos frutos do desenvolvimento económico.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.10.2024**

### **Seguir o vento e cortar as ondas para se fazer à vela em conjunto**

Há dias, realizou-se de forma bem-sucedida a Eleição do Chefe do Executivo do VI Governo da RAEM. Congratulo o senhor Sam Hou Fai pela sua eleição, por maioria esmagadora, e espero que, como novo Chefe do Executivo, una e lidere os sectores sociais para a concretização plena das vantagens institucionais decorrentes de “Um País, Dois Sistemas”, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento económico e para a melhoria do bem-estar da população.

A nova jornada requer uma nova atmosfera e também novas acções. Assim, apresento as quatro sugestões seguintes:

Primeiro, iniciar uma nova jornada de revitalização com a coragem de “persistir no caminho certo e apostar na inovação”

“Enfrentar os ventos e as ondas de cabeça erguida e içar a vela no momento certo”. O novo Chefe do Executivo tem como princípio governativo “Trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, Persistir no caminho certo e apostar na inovação”, o que reflecte o seu forte sentido de missão. Perante as grandes mudanças sem precedentes no mundo nos últimos cem anos, as novas mudanças no ambiente interno e externo de Macau e as novas exigências e expectativas da população para uma vida melhor, espera-se que o novo Chefe do Executivo persista no caminho certo, aposte na inovação e trabalhe com pragmatismo, unindo e liderando todos os sectores da sociedade, para levar as diversas vertentes do desenvolvimento de Macau a um novo patamar, com base nos êxitos já alcançados.

Segundo, assegurar a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas” com base na Constituição e na Lei Básica

“Sem temer as nuvens que obstruem a visão, navegar tranquilamente entre as nuvens que se agitam”. A Constituição e a Lei Básica são a base constitucional da RAEM e constituem garantia jurídica sólida para a manutenção da prosperidade e estabilidade permanentes de Macau. Espera-se que o novo Chefe do Executivo enfrente a complexa realidade social com firme convicção, determinação, união e liderança de todos os sectores da sociedade, para defender claramente a ordem constitucional definida pela Constituição e pela Lei Básica e defender firmemente a linha básica do princípio “um país”, cumprir escrupulosamente a Constituição e a Lei Básica, defender conscientemente o poder do Governo Central e a autoridade da Lei Básica, assegurando que a prática de “Um País, Dois Sistemas” não se desvie nem se transforme.

Terceiro, tomar a situação social e a opinião pública como linhas orientadoras para a elaboração científica das políticas

“Escutar a opinião pública com sinceridade e compreender a população com perseverança”. O desenvolvimento da economia e a melhoria da qualidade de vida da população são tarefas nucleares da acção governativa, pois sabe-se que “se as acções dos governantes deixarem o povo feliz, o povo ficará feliz com a felicidade dos governantes; e se estes considerarem as dificuldades do povo como sendo suas, o povo também se preocupará com as dificuldades dos governantes”. Espera-se que o novo Chefe do Executivo continue a liderar a sociedade na promoção dos valores nucleares do amor à Pátria e a Macau e da tolerância e da solidariedade; a maximizar o papel das associações que amam a Pátria e Macau como ponte de ligação entre o Governo e os residentes; a reforçar a comunicação e a auscultação da opinião pública; a ouvir os bons conselhos; a escolher o que é bom, a fazer o que é correcto e a manter-se firme; a tomar a opinião pública como ponto de partida lógico para a definição das políticas públicas; e a elevar continuamente a cientificidade e a democracia das decisões do Governo.

Quarto, promover o desenvolvimento a longo prazo de Macau, aproveitando o fortalecimento e o rejuvenescimento do País

Como diz um poema chinês, “o rio é largo na maré cheia e o vento forte faz a vela avançar”. Espero que o novo Chefe do Executivo agarre a importante oportunidade estratégica do desenvolvimento do País para, seguindo o posicionamento de desenvolvimento "Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base" e sob o fortalecimento e o rejuvenescimento nacional, desenvolver melhor as funções de Macau na abertura do País ao exterior, participe proactivamente na construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, e impulsione aceleradamente a diversificação adequada da economia. “O homem sábio mantém-se a par do tempo e adapta-se às mudanças”. Estou em crer que, com o forte apoio do Governo Central, o novo Chefe do Executivo irá, com toda a certeza, unir e liderar todos os sectores sociais, para conhecer com precisão as mudanças, dar-lhes resposta científica, e tomar a iniciativa de procurar as adequadas, tudo em prol de um novo capítulo ainda mais brilhante.

## **IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.10.2024**

### **Criar um centro integrado de formação profissional para elevar a qualidade do emprego**

Nos últimos anos, com a mudança do ambiente social e a promoção da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”, a estrutura económica está a enfrentar ajustamentos e reconversão, e todos os sectores necessitam urgentemente de reforçar a formação do seu pessoal, para elevar a sua competitividade global. Por seu turno, apesar de Macau ter sido classificado pela Forbes como o segundo lugar da lista das regiões mais ricas do mundo em 2024 e de a taxa de desemprego dos residentes locais manter-se num nível baixo, o peso das remunerações dos trabalhadores no Produto Interno Bruto tem sido baixo ao longo dos anos, o que não reflecte suficientemente o valor laboral dos trabalhadores.

Neste contexto, como é que se pode ajudar os residentes locais a encontrarem bons empregos, a explorar novos pólos de crescimento do emprego, a aumentar os salários e regalias e a elevar a qualidade do emprego? Estas questões tornaram-se o foco da vida da população. Para enfrentar estes desafios, a formação técnico-profissional, como medida importante para aumentar a capacidade de emprego e aumentar os negócios, atenua os conflitos estruturais de emprego e promove o alargamento do emprego, como tal merece grande atenção da sociedade e dos serviços públicos.

Existem em Macau serviços públicos, como a DSAL, e entidades privadas, que organizam diversos tipos de formação profissional, no entanto, há uma falta geral de programas de formação orientados para a empregabilidade, com certificação, o que faz com que, para alguns postos de trabalho que não dispõem de meios de formação, os candidatos não consigam integrar-se nos respectivos sectores por não terem capacidades técnicas ou experiência. Ao mesmo tempo, as informações sobre os programas de formação e certificação estão dispersas, o que dificulta o acesso dos residentes a informações completas e fidedignas.

A Federação das Associações dos Operários de Macau e a Associação de Ciências Sociais de Macau realizaram, em conjunto, o “Inquérito sobre as necessidades de formação e desenvolvimento profissional dos residentes de Macau”. Os resultados mostram que os inquiridos consideram que o certificado oficial tem um efeito positivo para o desenvolvimento profissional e a promoção dos residentes, 55 por cento esperam obter um certificado oficial e 72 por cento consideram que a formação profissional desempenha um papel positivo no desenvolvimento profissional. No entanto, a incompatibilidade de horários, a falta de tempo e a limitação económica tornaram-se os principais obstáculos para a participação na formação, e muitos inquiridos acham que é difícil encontrar informações e cursos de formação profissional correspondentes ou adequados.

Para aperfeiçoar as acções de formação profissional, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Criar um centro de formação geral que integre acções de formação profissional diversificada, certificação, informações sobre emprego e serviços de encaminhamento que prestem serviços aos trabalhadores de diferentes níveis e sectores;

2. Melhorar o “Regulamento dos incentivos e formação aos desempregados”, ajustar o montante dos subsídios, alargar o âmbito dos apoios, e criar um Fundo de formação específica. Para além de aumentar o apoio ao emprego e o apoio aos desempregados, às pessoas em situação vulnerável e às pessoas portadoras de deficiência, devem ainda ser criadas medidas de incentivo para os residentes e para as micro, pequenas e médias empresas, a fim de incentivar os residentes e as empresas a apoiarem os seus trabalhadores na participação em acções de formação profissional;

3. Promover a cooperação estreita entre o Governo, as empresas e as escolas, para definirem, em conjunto, cursos de formação que correspondam às necessidades das novas indústrias tecnológicas, assegurando que os conteúdos acompanham a vanguarda do mercado;

4. Implementação de um modelo flexível de formação, proporcionando aos trabalhadores cursos de formação no posto de trabalho e cursos *online* e *offline*, para que estes possam ter um melhor equilíbrio entre o trabalho e a aprendizagem.

Por fim, há dias, o TUI confirmou o resultado da eleição, Sam Hou Fai tornou-se oficialmente o sexto Chefe do Executivo eleito. Assim, gostaria de expressar as minhas felicitações. Desde o anúncio da sua candidatura, o Senhor Sam participou activamente na interacção e intercâmbio com os diversos sectores da sociedade, para se inteirar da situação social e da opinião pública. Espero que o novo Governo, sob a liderança do Senhor Sam, possa unir e liderar a equipa dos trabalhadores da função pública, congregar esforços e empenhar-se na inovação, a fim de construir, em conjunto, uma cidade mais feliz para os residentes de Macau.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.10.2024

### **Promover, de forma multifacetada, o trabalho de saúde mental dos jovens**

Nos últimos anos, o Governo desenvolveu bastante a saúde mental em Macau, incluindo a criação de um mecanismo de prevenção de quatro níveis e a prestação de serviços e tratamentos especializados, e optimizou o mecanismo de prevenção através da cooperação interdepartamental, da criação de diferentes grupos especializados e da colaboração com as associações educativas e a comunidade, bem como cuidou da saúde psicológica dos adolescentes, através de diferentes níveis, ou seja, desde a auscultação das suas opiniões até ao reforço do mecanismo de detecção dos alunos de alto risco. Manifesto o meu reconhecimento e apoio aos esforços envidados por muitos serviços públicos.

No entanto, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, nos últimos anos, cerca de 3,8% da população mundial sofre de depressão e cerca de mil milhões de pessoas sofrem de distúrbios mentais. Segundo um inquérito recente sobre a saúde mental, realizado por uma associação local, registou-se uma tendência de aumento dos distúrbios mentais nos grupos jovens inquiridos. Os pedidos de ajuda por parte dos jovens locais devido à pressão psicológica aumentaram, em parte devido a problemas sociais e familiares decorrentes do desenvolvimento socioeconómico, que os levam a enfrentar mais desafios ao nível da saúde mental e psicológica. Por isso, a sociedade deve prestar mais atenção e continuar a desenvolver trabalhos de prevenção mais eficazes e abrangentes.

Para promover a saúde mental dos jovens de Macau, apresento as seguintes sugestões:

#### 1. Continuar a melhorar a educação e os serviços de saúde mental para os jovens

Os pedidos de ajuda devido à pressão psicológica aumentaram, e uma das razões é o aumento da consciência dos adolescentes sobre isto, o que demonstra os bons resultados dos trabalhos de divulgação realizados pelas autoridades e associações, com mais adolescentes dispostos a pedir ajuda. No enquadramento do “Projecto de Macau Saudável”, as autoridades devem criar mais serviços de apoio psicológico adequados aos jovens, para concretizar o objectivo de “dar prioridade à prevenção”. Podem, por exemplo, recorrer aos trabalhos específicos de aconselhamento *online*, gestão emocional, *workshops* sobre saúde mental e serviços de voluntariado, entre outros, para criar uma comunidade de apoio psicológico com combinação de serviços *online* e *offline*.

#### 2. Fortalecimento contínuo da função de guardião das escolas

A adolescência e o início da maioridade são fases importantes do crescimento, durante as quais a escola desempenha funções educativas e de guarda. Assim, o ensino sobre a saúde psicológica deve ser aperfeiçoado nas instituições de ensino superior e nas escolas primárias e secundárias. Entretanto, as autoridades devem reforçar a cooperação com as escolas, os assistentes sociais e os consultores psicológicos, para criar um sistema mais aperfeiçoado de aconselhamento e apoio aos alunos, construindo-se em conjunto um ambiente escolar harmonioso.

### 3. Reforço contínuo das acções de solidariedade comunitária

Nas sociedades modernas, é mais fácil aceitar apoio e ajuda psicológicos, mas ainda há muitas pessoas que não pedem ajuda aos profissionais mesmo sofrendo perturbações emocionais, daí ser importante criar um ambiente social positivo. Por exemplo, no âmbito dos serviços sociais, podem ser realizados cursos e palestras sobre “primeiros socorros em saúde mental”, para elevar o nível dos conhecimentos e a atenção da população sobre a saúde mental, criando-se gradualmente um sistema de primeiros socorros de saúde mental na comunidade e cultivando-se mais “sementes de protecção”.

Espero que, com estas sugestões e a partir das três vertentes, ou seja, a educação, o sistema de apoio e o ambiente social, seja possível promover a saúde mental dos jovens de Macau.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 16.10.2024**

### **Melhoria do planeamento do trânsito para as Novas Zonas dos Aterros, em prol do reforço do sentimento de retorno dos residentes**

No dia 1 de Outubro, a Ponte Macau, a primeira com oito faixas de rodagem nos dois sentidos, foi oficialmente inaugurada, passa a ser a principal via de ligação entre a Zona A e a Taipa, e também uma importante instalação de trânsito que liga três importantes postos fronteiriços: da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, do Terminal Marítimo da Taipa e do Aeroporto Internacional de Macau.

No próximo ano, os primeiros candidatos vão ocupar as habitações económicas da Zona A, e muitos residentes vão passar a viver neste novo espaço habitacional. Entretanto, as obras da construção de instalações sociais e comerciais nessa Zona prosseguem a bom ritmo, tais como lares de idosos, o Edifício de Equipamentos Recreativos e Desportivos, parques de estacionamento públicos e a “vila de escolas”, que vão ser entregues e entrar em funcionamento a partir de 2026. Com o progresso das obras, é de prever um aumento significativo das movimentações entre essa zona e outras, para além da Via de Acesso A1 já em funcionamento, de acordo com o plano do Governo, a Via de Acesso A2 será concluída este mês, a Via de Acesso A3 e as obras de construção do acesso entre as Zonas A e B já foram iniciadas, e a sua conclusão está prevista para 2027, e prevê-se ainda que as obras da linha leste do metro ligeiro estejam concluídas em 2028. A entrada em funcionamento destas vias vai aumentar ainda mais a eficiência do tráfego nas Novas Zonas de Aterros e noutras zonas, esperando-se um fluxo de tráfego suave.

O que merece atenção é que a Zona A implica obras enormes, a maioria dos troços são vias provisórias para a execução de obras e os serviços de transporte público são insuficientes, por isso, todos os dias muitos trabalhadores entram e saem desta zona a pé. Nos próximos anos, a Zona A ainda vai estar em obras e os residentes vão estar a morar lá, portanto, é necessário assegurar deslocações atempadas, seguras e eficazes dos moradores e dos utentes das instalações desta zona, nomeadamente, dos estudantes, e satisfazer as necessidades decorrentes das alterações provisórias do trânsito por causa das obras. Tudo isto exige planeamento mais pormenorizado, e vai ser, sem dúvida, uma dor aguda que vai durar até quatro anos. Esta situação especial destaca ainda mais a urgência quer do aperfeiçoamento do planeamento do trânsito quer da garantia da segurança dos utentes rodoviários, o que é importante para aumentar a satisfação e o sentimento de retorno dos residentes em relação à nova zona urbana em causa.

Assim sendo, apresento às autoridades as três sugestões seguintes:

1. Definir, quanto antes, um plano detalhado e geral para o trânsito regional e inter-regional aplicável às diferentes fases, tendo em conta as necessidades de deslocação quer dos moradores das novas zonas urbanas quer dos trabalhadores da construção civil, para proporcionar meios de transporte público mais convenientes, seguros e correspondentes aos hábitos dos moradores e dar resposta às necessidades dos trabalhadores, evitando a

desarmonia e assegurando que ambas as partes possam entrar e sair dos Novos Aterros com fluidez e em harmonia.

2. Reforçar a colocação da sinalização de trânsito nos principais acessos à Zona A. Há, especialmente, que reforçar a clareza da sinalização de orientação dos condutores para a Ponte Macau, a fim de assegurar que estes consigam encontrar, de forma rápida e precisa, o caminho para a Taipa via Zona A. Isto pode reduzir os riscos de trânsito que possam resultar da eventualidade de se ficar perdido no caminho e pode também aliviar a pressão do trânsito na Ponte da Amizade, aumentando assim a eficiência e a segurança do trânsito daquela Zona e entre diversas zonas.

3. Há que reforçar o diálogo e a publicidade das alterações temporárias do trânsito e divulgar o ponto de situação do desenvolvimento dos Novos Aterros e as informações sobre as alterações rodoviárias e os ajustamentos do trânsito, actualizando, de forma atempada, as informações constantes do “*Macau Smart Go*” e demais aplicativos móveis. Deve também recorrer às escolas e instalações sociais para fazer chegar atempadamente informações aos utentes das vias rodoviárias, tendo em conta o ritmo de adaptação dos idosos e estudantes em absorver as informações, para os residentes poderem conhecer, de forma plena e atempada, as actualizações relativas às vias dos Novos Aterros, sobretudo a abertura das vias provisórias e as alterações rodoviárias, com vista a dá-las a conhecer aos interessados e a diminuir o desconforto que as alterações rodoviárias causam aos residentes, aumentando o grau de satisfação e o sentimento de realização destes em relação ao planeamento dos Novos Aterros no âmbito do tráfego.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 16.10.2024**

### **Incentivar os edifícios antigos a adoptar um modelo de “administração conjunta”**

O acto eleitoral para o cargo de Chefe do Executivo terminou com sucesso, por isso, gostaria de felicitar o Sr. Sam Hou Fai pela sua eleição como Chefe do Executivo do sexto Governo da RAEM. O Sr. Sam, tendo em conta o princípio de “servir melhor o cidadão”, deslocou-se aos sete edifícios do Bairro Iao Hon durante o período eleitoral, e manifestou a sua preocupação com a higiene ambiental dos bairros antigos e o ponto de situação dos trabalhos de renovação urbana, com o qual estou plenamente de acordo.

À medida que a cidade se vai expandindo, o número de edifícios antigos também aumenta. Existem em Macau cerca de 5000 edifícios antigos com mais de 30 anos e a maioria não dispõem de órgão e de empresa de administração, nem dispõem de gestão por parte de moradores (os edifícios de 3 andares), portanto, têm falta de uma gestão e manutenção eficazes, e quando há necessidade de efectuar reparações urgentes ou de renovar os equipamentos contra incêndios, os moradores dificilmente conseguem chegar a um consenso recusando-se a pagar as despesas, o que dificulta a execução dos trabalhos de reparação, por isso, encontram-se nas zonas com maior frequência de acidentes. No primeiro semestre do corrente ano, os bombeiros realizaram várias inspecções específicas a estes edifícios antigos e, ao mesmo tempo, o Governo legislou sobre esta matéria e sensibilizou os residentes destas zonas para o reforço da segurança e da consciência de prevenção contra incêndios. Esta questão deve ser resolvida pela raiz, por isso, o Governo da RAEM deve tomar como referência a prática de Hong Kong, ou seja, aplicar, a título experimental, um modelo de “administração conjunta de edifícios” aos edifícios antigos, concedendo apoio financeiro aos proprietários dos “edifícios de 3 andares” para a constituição de assembleia geral de condóminos e a contratação de empresa de administração profissional de edifícios.

Quanto à “administração conjunta de edifícios”, o Governo ou a Macau Renovação Urbana podem tomar a iniciativa de contactar vários edifícios próximos numa pequena zona e constituir a assembleia geral de condóminos, contratando, em conjunto, uma empresa de administração predial, a fim de reduzir eficazmente as despesas de condomínio divididas pelos proprietários e elevar o nível de gestão da higiene dos edifícios. O Governo deve implementar um regime de apoio financeiro para atrair os proprietários dos “edifícios dos três andares” a criarem, por sua iniciativa, assembleias de condóminos, e a contratarem empresas profissionais de administração, com vista a resolver os problemas de higiene e de reparação contra incêndios.

Como o modelo de “administração conjunta de edifícios” é possível alcançar os seguintes resultados:

1. Apoio no pagamento das despesas de reparação e gestão. O Governo pode ajudar as empresas de administração predial, simplificar os procedimentos e até recorrer à via judicial para recuperar as despesas em atraso, o que não só é mais eficiente, como também reduz os conflitos entre os proprietários. Durante a realização de grandes reparações, as empresas de

administração predial podem desempenhar um papel de liderança na ajuda aos proprietários na angariação de fundos para as obras, para estes não se recusarem a fazê-las, por preocupação com as despesas em atraso de alguns proprietários.

2. As empresas de administração de condomínios apoiam o funcionamento quotidiano dos edifícios, por exemplo, convocam as assembleias gerais, preparam o orçamento financeiro, tratam das facturas das despesas diárias, guardam os registos de reparação de cada obra e, quando recebem ordens legais do Governo, por exemplo, ordens de reparação e instruções de segurança contra incêndios, as empresas de administração podem responder ao Governo.

3. Apoio nas reparações de emergência. As empresas de administração de condomínios enviam, semanalmente, pessoal para inspeccionar os edifícios, com vista a assegurar o bom estado das instalações. Para além dos serviços básicos, se durante a inspecção o pessoal de gestão detectar indícios de desprendimento de reboco nas paredes ou danificação de equipamentos públicos, a empresa pode assegurar tratamentos urgentes, a fim de evitar o agravamento dos danos.

Pelo exposto, sugiro ao Governo que adopte políticas de apoio e atribua subsídios, crie condições para incentivar a participação dos edifícios antigos no modelo de “administração conjunta de edifícios”, por exemplo, através da cooperação entre associações e entidades, que assegure serviços de limpeza, de uma só vez, aos edifícios dos “três não”, para demonstrar a eficácia de uma boa administração dos edifícios e incentivar os moradores a participarem na administração dos edifícios; através do mecanismo de fiscalização dos respectivos diplomas legais, avaliar, periodicamente, a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de administração de propriedades, para garantir os direitos e interesses dos proprietários. Acredito que, com os esforços conjuntos do Governo e dos diversos sectores da sociedade, a promoção deste modelo de administração pode resolver, de forma eficaz, a falta de gestão nos edifícios antigos e elevar a qualidade de vida da população.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2024

### Lançar mais medidas para revitalizar a economia dos bairros comunitários

Durante a passada semana dourada de 1 de Outubro, o número de visitantes bateu novo recorde. Segundo os dados, entre 1 e 7 de Outubro, visitaram Macau cerca de 993 mil pessoas, ultrapassando-se a média diária registada nos períodos homólogos de 2019. O aumento de visitantes contribui para a recuperação do turismo local, mas também dá azo a alguns problemas que é urgente resolver.

Segundo alguns residentes, tiveram dificuldades nas deslocações durante os feriados do Dia Nacional, era quase impossível apanhar táxi e como muitos visitantes transportavam grandes bagagens nos autocarros, os residentes não conseguiam entrar. Mais, devido à aglomeração de pessoas nos pontos turísticos populares, foram adoptadas medidas de controlo dos fluxos de pessoas, os moradores não conseguiam regressar a casa e os visitantes não puderam usufruir de um espaço confortável de turismo e lazer. Porém, olhando para as PME dos bairros comunitários, os negócios não foram satisfatórios. A meu ver, o Governo, tendo em conta a situação de negócios de diversas zonas, lançar mais medidas de apoio e redireccionar os visitantes, a fim de melhorar o ambiente comercial dos bairros comunitários.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Há que melhorar as instalações complementares de trânsito nos pontos turísticos mais populares e resolver a dificuldade de apanhar táxi. Não há carreiras de autocarros para a ligação entre alguns pontos turísticos e é difícil apanhar táxi, portanto, os visitantes só podem deslocar-se a pé, o que afecta a sua experiência e resulta em aglomerações de pessoas. O Governo deve, a curto prazo, criar carreiras especiais de autocarros nos pontos turísticos mais visitados e aumentar a frequência das carreiras durante os feriados, para transportar os visitantes “ponto a ponto”, permitindo assim maior fluidez nos itinerários de visita. Entretanto, deve aumentar, gradualmente e conforme as necessidades, os serviços de chamada de táxis *online* e os radiotáxis, equilibrando as diversas formas de deslocação, a fim de assegurar transportes de melhor qualidade aos cidadãos e turistas.

2. Optimizar as medidas turísticas e criar mais elementos comerciais modernos nas zonas residenciais, com vista a atrair mais turistas. Os turistas concentram-se nas zonas turísticas mais populares e são poucos os que visitam alguns bairros comunitários e os bairros antigos. Nos últimos anos, o Governo lançou vários projectos de revitalização dos bairros comunitários, por exemplo, introduziu um gatinho 3D no “Arraial na Ervanários”, que foi muito bem acolhido pelos turistas, e as zonas pedonais na Avenida Almeida Ribeiro e na Vila da Taipa também foram experiências bem-sucedidas. O Governo deve integrar e aproveitar estas experiências, estender as “zonas pedonais” até aos outros bairros ao redor do Centro Histórico de Macau, e organizar mais actividades festivas e de divertimento com características próprias de cada zona. Além disso, deve reforçar a divulgação nas plataformas sociais, para os recursos turísticos das diversas zonas poderem ser aproveitados

de forma equilibrada, a fim de atingir o objectivo de dispersar os turistas e revitalizar a economia comunitária.

3. As medidas de incentivo ao consumo lançadas pelo Governo, tais como o “grande prémio para o consumo em Macau”, obtiveram resultados notáveis. O Governo pode ponderar a realização regular desta actividade, para incentivar a população a permanecer e consumir em Macau, dinamizando a economia das zonas comunitárias. No entanto, segundo alguns cidadãos, verificou-se um aumento irrazoável dos preços em algumas lojas após o lançamento do benefício ao consumo, e quando os preços sobem, dificilmente voltam a descer, o que poderá acarretar um encargo económico a longo prazo. Espero que o Governo fiscalize com mais rigor esta situação e crie um sistema de avaliação para as lojas, e que os resultados da avaliação sejam um dos factores de ponderação para as mesmas beneficiarem das diversas políticas, incluindo o grande prémio para o consumo em Macau, para as medidas de benefício do Governo poderem, de facto, servir a população. Obrigado!

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 16.10.2024

### **Há que criar, a longo prazo, efeitos práticos para o desenvolvimento de seis zonas históricas**

Este ano, os trabalhos de revitalização das seis zonas históricas da cidade estão a decorrer a um bom ritmo, pois estão a ser desenvolvidos os recursos históricos e culturais dos bairros antigos e criados pontos turísticos culturais emblemáticos. Até ao momento, os trabalhos de revitalização destas seis zonas já produziram alguns resultados, no entanto, neste momento, estes trabalhos concentram-se apenas na remodelação do local e na realização de actividades, portanto, há falta de um planeamento global e falta de sustentabilidade de desenvolvimento do potencial de cada uma das zonas. A remodelação temporária tem sido eficaz, nomeadamente, a respeitante ao acréscimo de luzes, de mesas, de decorações e de espectáculos. As concessionárias investiram muito dinheiro e a promessa está a ser cumprida, mas tudo isso são projectos temporários, o que leva a custos elevados, cujos resultados são pouco significantes, pois quando a actividade termina a decoração é retirada, e não resta nada, portanto é “sol de pouca dura”.

Os actuais dados gerais sobre a economia de Macau são bons, mas regista-se um desequilíbrio nestes dados, pois a maioria das micro e PME's que se encontram fora das zonas turísticas continuam a enfrentar dificuldades. Mais, o futuro da economia continua incerto, pelo que os cidadãos “olham para os seus bolsos” quando consomem, levando ao fraco consumo nos bairros comunitários. No futuro, o Governo deve encontrar mais soluções, há que integrar, por um lado, elementos característicos da comunidade nas actividades regulares e, por outro, há que proceder a uma transformação contínua e eficaz a longo prazo, para que os efeitos da revitalização das zonas se mantenham, com vista a impulsionar o desenvolvimento contínuo da economia comunitária.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. A revitalização não é como realização de “convenções e exposições” que procuram resultados e interesses num prazo curto, antes se consubstancia em projectos de transformação sustentável, exequível e de longo prazo. Neste âmbito, convém frisar que para as lojas antigas com características históricas e com pratos singulares, o envelhecimento das instalações é um grande problema, pois implica despesas avultadas na remodelação, por isso, muitas lojas antigas deixaram de fazer obras de remodelação. Se o Governo conseguir incentivar as concessionárias do jogo a conceder-lhes apoio financeiro, acredito que muitas delas irão colaborar.

2. Mais, muitas lojas antigas foram remodeladas há dezenas de anos, por isso muitos dos seus espaços, em termos de condições, são diferentes daqueles previstos nas plantas originais, portanto, para proceder à alteração e transformação, há que contar com a coordenação e apoio dos serviços competentes, por exemplo, na apreciação e verificação dos projectos, se estão ou não em conformidade com a lei, na execução das obras, na salvaguarda, em termos de segurança, das condutas e das canalizações, dos equipamentos

de segurança contra incêndio. Todos estes problemas precisam de soluções, porque sem soluções, os lojistas não vão proceder a remodelações. Mais, perante novas regras e novas leis, há que encontrar um ponto de transição para as lojas, como tal, há que avançar com a revisão da lei sobre o assunto, recorrendo a esta como instrumento para facilitar a vida da população e do negócio.

3. É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe. Assim, o Governo deve exigir às seis concessionárias do jogo que desempenhem o seu papel como grandes empresas que impulsionam as pequenas. Ou então, nas zonas que vão ser revitalizadas, pode-se promover a abertura de lojas típicas já instaladas nas concessionárias do jogo. Acredita-se que, com o reforço da divulgação, a abertura dessas lojas contribuirá para o aumento do fluxo de pessoas e da atractividade das referidas zonas e, conseqüentemente, para o aumento da vitalidade, da dinâmica e da competitividade entre lojistas nessas zonas. A revitalização dos bairros comunitários tem de ser desenvolvida a longo prazo para criar um ambiente comunitário de revitalização com sucesso.

4. A revitalização das zonas exige também a renovação e a integração geral da imagem das ruas e das lojas, porque é isso a base da vitalidade. Por outro lado, é necessário que esse trabalho se articule com a prestação de serviços “one stop”, como a emissão de licença e aprovação de projectos para as obras de remodelação, para assim se conseguir atrair novos investidores para diferentes tipos de negócios. Mesmo que os lojistas não tenham capacidade para dar um grande contributo, estão dispostos, em conjunto, a colaborar com as concessionárias do jogo e com o Governo para que as dificuldades possam ser ultrapassadas, e esperam que esse trabalho de revitalização não tenha qualquer revés, como acontece com as obras de remodelação e demolição que hoje se vêem.

## **IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 16.10.2024**

### **Melhorar as instalações recreativas desportivas para construir uma “Cidade de Desporto”**

A eleição do Chefe do Executivo foi recentemente concluída com êxito. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o Sr. Sam Hou Fai por ter sido eleito, com um elevado número de votos, Chefe do Executivo do VI mandato do Governo da Região Administrativa Especial de Macau. O programa político do Sr. Sam apresenta um belo plano para o desenvolvimento futuro de Macau, no qual refere a necessidade de promover e construir uma “Cidade de Desporto”. Para além de promover o desenvolvimento das indústrias desportivas e culturais, a construção de uma “Cidade de Desporto” requer também a cooperação de todos os residentes para criar uma atmosfera desportiva para todos e para Macau se tornar mais dinâmica.

De facto, nos últimos anos, há mais pessoas interessadas em fazer exercício físico. As instalações desportivas e espaços para actividades de lazer existentes em Macau não são poucas, há em Macau mais de 20 recintos desportivos, mais de 40 parques e mais de 70 zonas de lazer, incluindo as temporárias. Porém, estes não estão distribuídos proporcionalmente pelas diversas zonas, em particular, as zonas com elevada densidade populacional, como os Bairros Iao Hon e San Kio da Areia Preta, onde é difícil conseguir uma reserva para instalações desportivas populares durante os feriados e fins-de-semana, o que restringe a prática de exercício físico. Assim, espero que, a longo prazo, o Governo faça um bom planeamento geral e aproveite bem os terrenos desocupados, retomados nos últimos anos, para criar mais instalações recreativas, culturais e desportivas multifuncionais, de acordo com as diferentes estruturas e densidade populacional das várias zonas, para satisfazer as necessidades relativas à prática desportiva nas diversas zonas.

Por outro lado, nos últimos anos, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) reordenou e optimizou activamente as instalações dos parques e das zonas de lazer, desenvolveu a Zona de Lazer da Marginal da Estátua de Kun Iam e o parque infantil da Zona de Lazer provisória da Doca do Lam Mau e introduziu novos equipamentos de diversão. Tudo isto foi bem acolhido pela população, mas há ainda muitos projectos de optimização de instalações desportivas e de lazer por concretizar e muitos residentes continuam à espera. Em particular, quanto aos grandes projectos como a transformação do antigo Canídromo Yat Yuen num parque desportivo para os cidadãos e a execução da 2.ª fase do corredor verde da margem sul, espera-se que se acelerem os estudos sobre o planeamento e a optimização das instalações desportivas e de lazer existentes, bem como o andamento da sua construção. Mais, os equipamentos recreativos e desportivos para os adultos e idosos carecem de actualização, esperando-se que continuem a ser introduzidos equipamentos novos, para dar-lhes mais opções. A longo prazo, pode-se tomar como referência a experiência de outros países e regiões no âmbito dos parques de diversões integrados com características próprias, a fim de satisfazer as necessidades dos grupos de pessoas com idade e condições físicas diferentes.

A par disso, o terreno do Jockey Clube de Macau que o Governo recuperou neste ano tem uma área superior a 360 mil m<sup>2</sup>, portanto uma área enorme cujo planeamento de aproveitamento é alvo da atenção redobrada da sociedade. Mais, como o mesmo fica perto do centro da Taipa, a falta dos espaços de recreio e desporto para os moradores daquela zona vai destacar-se com a conclusão de mais habitações na Taipa. Sugere-se que o Governo acelere os estudos sobre o planeamento de aproveitamento do terreno do Jockey Clube de Macau, no sentido de o destinar a instalações polivalentes de recreio, desporto e cultura. Há também que aproveitar bem os terrenos desaproveitados nas suas proximidades e ponderar, a curto prazo e de forma temporária, destiná-los a espaços de lazer dos residentes, com vista a dar resposta às solicitações dos moradores da Taipa em relação a este tipo de espaços.

## **IAOD do Deputado Lam U Tou em 16.10.2024**

### **Exortar as autoridades a governar nos termos da lei em relação à isenção fiscal para os veículos eléctricos com extensor de autonomia e a prestar seriamente as devidas justificações**

Macau concede benefícios fiscais aos veículos eléctricos, o que contribui para a sua generalização, mas transformou Macau num paraíso fiscal para os veículos eléctricos de luxo, uma vez que não há limites em relação quer ao número de veículos por proprietário quer ao valor máximo de isenção, e em resultado disto, o objectivo de longo prazo de promoção da protecção ambiental não é alcançado e a política de controlo de veículos é contrariada. Em Hong Kong, implementou-se a política de benefício fiscal “um por um” e fixou-se o limite máximo de isenção no primeiro registo. Interpelei as autoridades sobre se iam tomar como referência as práticas de Hong Kong para melhorar as respectivas medidas, com vista a assegurar os efeitos produzidos ao nível da protecção ambiental e o bom aproveitamento do erário público, no entanto, as mesmas responderam à minha questão citando um relatório da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública desta Assembleia. É de sublinhar que a reunião da dita Comissão foi realizada em 11 de Novembro de 2022 e o Governo aproveitou essas informações de há mais de um ano para responder. Quer isto dizer que os trabalhos em causa não registaram qualquer progresso? Se sim, por que razão é que não foram exigidas responsabilidades aos dirigentes? O mais importante é que nem na reunião referida nem no relatório citado foi a questão em causa discutida, pois as autoridades não responderam ao que perguntei.

O Governo tem ignorado, ao longo dos anos, a falta de limites quer de número de veículos quer de valor máximo de isenção, e recentemente, a DSAT afirmou que, em relação aos modelos de veículos eléctricos com extensor de autonomia que satisfaçam os requisitos técnicos nacionais, ou que constem do Catálogo de Modelos de Veículos Eléctricos Elegíveis para a Isenção dos Impostos sobre a Aquisição de Veículos, definido pelo País, considera-se que são preenchidos os requisitos de Macau para este tipo de veículos, e estes carros beneficiam da isenção do imposto sobre veículos motorizados. Isto contraria manifestamente o disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados segundo o qual “estão ainda isentas do imposto previsto no presente Regulamento as transmissões de veículos motorizados novos que utilizem exclusivamente energias alternativas aos combustíveis derivados do petróleo”, e, ainda, o princípio de governar nos termos da lei!

Na verdade, os veículos eléctricos com extensor de autonomia são definidos no Interior da China como “veículos híbridos com extensor de autonomia”, e não são veículos puramente eléctricos, são veículos que podem ser carregados, mas em termos da estrutura, são carros eléctricos com gerador a gasolina. A maior parte dos veículos eléctricos com extensor de autonomia podem depender totalmente da gasolina para a produção de energia eléctrica, e durante o processo de queima de gasolina, a emissão de gases poluentes é ainda mais elevada do que no caso dos veículos movidos a combustível. Por isso, não há razão para estes veículos serem isentos de imposto de importação. Desperdiça-se erário público e não se consegue atingir os efeitos de protecção ambiental!

Pedi às autoridades explicações sobre a inclusão dos veículos eléctricos com extensor de autonomia no âmbito da isenção do imposto sobre veículos motorizados, e estas afirmaram o seguinte: “[t]rata-se de um veículo movido apenas a energia eléctrica, pelo que utiliza exclusivamente energias alternativas aos combustíveis derivados do petróleo. O seu motor de combustão interna destina-se apenas a recarregar a energia eléctrica para aumentar a autonomia, sem estar ligado directamente ao sistema de tracção, não podendo directamente mover o veículo. Dessa forma, não são considerados ‘automóveis ligeiros a gasolina’ ou ‘automóveis ligeiros com locomoção que associa um motor a gasolina a um motor eléctrico’, conforme previsto no Despacho do Chefe do Executivo n.º 41/2012.”

Esta afirmação não passa de um sofisma. Usa-se o pretexto de os veículos eléctricos com extensor de autonomia só poderem mover-se a energia eléctrica, para encobrir o facto de também poderem circular apenas a combustível, por isso, não se explica, de modo algum, como se satisfaz a exigência legal de “utilizar exclusivamente energias alternativas aos combustíveis derivados do petróleo” e se concede a isenção do imposto sobre veículos motorizados. Mais, as disposições citadas pelo Governo são as “Normas Ecológicas de Emissão de Gases Poluentes por Automóveis Ligeiros Novos”, e não aquelas sobre a isenção do imposto sobre veículos motorizados, o que mostra que o Governo simplesmente arranjou uma resposta sem lógica nenhuma para tentar contornar a questão, sem responder directamente à minha interpelação, atitude tão má que deixou o público, cumpridor da lei, sem palavras e indignado!

O Governo Central sublinhou várias vezes que apoiava o Governo da RAEM na sua governação de acordo com a lei, mas a inclusão dos “veículos eléctricos com extensor de autonomia” no âmbito da isenção do imposto sobre veículos motorizados já vai no sentido oposto. O Governo não corrigiu, por iniciativa própria e atempadamente, a situação, nem deu uma resposta directa e razoável à interpelação apresentada, e os serviços fiscalizadores também ficaram indiferentes. Estou muito desiludido com a forma de actuação dos governantes do presente mandato e com a atitude dos serviços fiscalizadores. Se se continuar a tolerar que os serviços públicos não actuem de acordo com a lei, o prestígio do Governo será gravemente afectado, portanto, espero que os serviços competentes dêem a devida atenção e corrijam a situação e que os serviços fiscalizadores assegurem a fiscalização.

Segundo o novo Governo, “onde há poder, há sempre responsabilidade; a responsabilidade tem de ser assumida; quem faltar aos seus deveres sujeita-se certamente à efectivação da sua responsabilidade”, e será reforçada a interacção positiva entre o poder executivo e o poder legislativo. Espero que o novo Governo acabe com as situações irregulares, respeite o princípio da governação de acordo com a lei, responda e reveja, com seriedade, as questões apresentadas pelos deputados, concretizando, efectivamente, a ideia de “trabalhar com espírito empreendedor e avançar juntos, persistir no caminho certo e apostar na inovação”!

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2024

### **Orientar as três dimensões do sistema de saúde a promover a macro saúde**

O Governo tem promovido activamente a diversificação adequada “1+4”, posicionando a macro saúde na primeira das quatro indústrias novas, e a “saúde + turismo” no núcleo da macro saúde. A introdução de técnicas médicas avançadas e de alta qualidade, medicamentos e quadros qualificados contribui para atrair clientes do turismo de saúde, e elevar a qualidade geral dos serviços de saúde. Recentemente, foi assinado o Acordo relativo à Alteração ao Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA II, que concede condições mais favoráveis para os serviços de saúde de Macau entrarem no Interior da China. O Plano de Acção para Macau Saudável propõe reforçar a cooperação entre as instituições de saúde públicas e privadas. O Hospital Union Macau entrou em funcionamento e vai prestar serviços de saúde internacionais. Tudo isto acarreta oportunidades importantes para o desenvolvimento da macro saúde.

Porém, é de salientar que Macau se depara com desafios como o envelhecimento populacional, as epidemias e as doenças crónicas, e que é previsível uma subida contínua das despesas com a saúde pública. Desde há muito tempo que as instituições de saúde, públicas, privadas e sem fins lucrativos, apoiam conjuntamente o desenvolvimento do sector da saúde em Macau, pelo que o desenvolvimento da indústria de cuidados gerais de saúde deve também contar com a participação adequada das indústrias que não fazem parte do sistema público de saúde e das indústrias periféricas, para promover o modelo tripartido de cooperação médica e o desenvolvimento saudável e sustentável do sector.

As instituições médicas privadas e sem fins lucrativos e os sectores relacionados com a macro saúde, tais como, a medicina tradicional chinesa, a manutenção da saúde, a hotelaria, os seguros, a publicidade, etc., esperam sempre uma participação conjunta. O lançamento por parte do Governo das melhores políticas, medidas e legislação complementares, o seu apoio e orientação para os sectores aproveitarem melhor estas medidas complementares e os factores favoráveis referidos, e participarem, em conjunto, no desenvolvimento e na construção das indústrias, a aceleração do desenvolvimento da indústria da macro saúde para compensar melhor o aumento das despesas de saúde pública, a concretização do plano de acção para Macau saudável e a promoção da saúde física e mental dos residentes são aspectos importantes que merecem a nossa atenção.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Unir o sector para prestar cuidados de saúde de alta qualidade. O desenvolvimento da indústria da macro saúde, que tem por núcleo a “saúde + turismo”, requer técnicas médicas de qualidade para atrair utentes e também os respectivos serviços complementares, tais como a medicina tradicional chinesa, serviços de recuperação, alojamento, turismo, seguros, etc. Isto envolve diversos sectores e atribuições de diversos serviços públicos. Espera-se que o Governo defina que os serviços públicos assumam o papel de coordenação, colaborando com os respectivos sectores na criação, em conjunto, de uma cadeia aperfeiçoada que integra as indústrias da saúde, do turismo e dos serviços, a fim de fazer

brilhar o cartão dourado de Macau enquanto local com condições favoráveis para os cuidados de saúde e turismo.

2. Aperfeiçoar os diplomas legais complementares para apoiar a participação do sector. Acelerar a apreciação e autorização dos pedidos relativos à indústria da saúde e ao pessoal médico no âmbito do "Regime de Captação de Quadros Qualificados"; rever os diversos procedimentos de licenciamento e exercício da actividade no âmbito do regime da inscrição de saúde; acelerar o aperfeiçoamento do regime de licenciamento das instituições médicas privadas; e ainda rever os diplomas legais relacionados com a publicidade médica, criando condições para uma melhor participação do sector da saúde de Macau no desenvolvimento da indústria da macro saúde.

3. Aproveitar as tecnologias de ponta para elevar o nível dos cuidados de saúde. O Governo deve aproveitar melhor as vantagens do Hospital Macau Union, em termos de *software* e *hardware*, e introduzir novas tecnologias médicas; deve ainda cooperar activamente com as instituições de ensino superior, a Academia Médica e as instituições médicas, para desenvolver estudos sobre a medicina ocidental e oriental e projectos que integrem a indústria, a academia e a investigação, bem como promover a cooperação na área das técnicas médicas e formação especializada, de modo a transformar Macau, em conjunto, num local aberto que reúna talentos e técnicas na área da saúde e a apoiar melhor o desenvolvimento da indústria da macro saúde.

4. Promoção contínua do desenvolvimento coordenado dos cuidados de saúde das instituições das três partes. O Governo deve ponderar sobre o desenvolvimento dos cuidados de saúde em Macau, deve reforçar a cooperação e a comunicação com as instituições médicas privadas e sem fins lucrativos, para todas elas, públicas, privadas e sem fins lucrativos, chegarem a um melhor equilíbrio, se coordenarem e desenvolverem em complementaridade, e deve ainda, através de políticas e recursos, explorar em conjunto o mercado dos cuidados de saúde, elevar o nível dos serviços de saúde, e apoiar o desenvolvimento de alta qualidade do sector da saúde de Macau.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 16.10.2024

### **Reforço do plano de formação de talentos / Promoção da integração dos jovens no desenvolvimento nacional**

Os talentos são a base do desenvolvimento. Na 3.<sup>a</sup> sessão plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, o Presidente Xi Jinping sublinhou que a inovação científica e tecnológica depende dos talentos, a formação dos talentos depende da educação, a educação, a ciência e tecnologia e os talentos sustentam-se e mutuamente conferem consistência entre si, afirmando ainda que há que acelerar a formação de uma equipa de talentos inovadores de grande envergadura, com estrutura razoável e de boa qualidade. Para Macau, as medidas abrangentes de formação de talentos são a base para a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia social, sendo também um factor-chave para o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade e para a elevação da competitividade.

Com o estabelecimento e a implementação do “Regime jurídico de captação de quadros qualificados” e do “Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia da RAEM (2024-2028)”, a política de talentos de Macau entrou numa nova fase, facto que vai apoiar o desenvolvimento diversificado das indústrias “1+4” que necessitam cada vez mais de quadros altamente qualificados com conhecimentos interdisciplinares. Por isso, a concretização das políticas de atracção de talentos do exterior, de formação de talentos locais e do regresso dos residentes de Macau (as “três carruagens”), e a sua articulação com várias medidas para elevar as capacidades dos jovens, ao nível do *software* e *hardware*, são estratégias indispensáveis para a criação de uma equipa de talentos inovadores em Macau.

Assim, proponho o seguinte:

1. Aprofundar os trabalhos de investigação sobre a oferta e procura de talentos nas indústrias. Nos termos do “Regime jurídico de captação de quadros qualificados”, os serviços competentes devem oferecer fundamentos e dados e definir as respectivas políticas para estes programas. Mas não existem agora dados concretos que sirvam de referência para as indústrias emergentes, tais como as novas e altas tecnologias e a *big health*. Sugiro às autoridades que, com base na actual estratégia de desenvolvimento diversificado das indústrias, para além de continuar a actualizar a base de dados de talentos de Macau, a lista de procura de talentos nos diversos sectores e o directório da escassez de talentos, avancem também com previsões específicas sobre a oferta e a procura de talentos nas indústrias, e pormenorizar os dados de análise sobre os postos de trabalho dos diversos sectores e as especialidades do ensino superior, a fim de conhecer melhor a situação da falta de talentos no futuro e a oferta, fornecendo dados mais precisos para a revisão e optimização da política de talentos locais. Ao mesmo tempo, proponho que, aquando da conclusão da segunda fase do “Programa de captação de quadros qualificados”, se aprofundem os tipos e as condições de captação de talentos, se concretizem as medidas concretas do plano para a formação de talentos locais e se crie uma equipa de quadros qualificados de Macau.

2. Optimização dos trabalhos de orientação profissional dos alunos. Sugere-se o reforço do apoio aos alunos do ensino não superior no seu planeamento da vida para que, através de uma relação de cooperação regular com as empresas das indústrias emergentes e as empresas de excelência do Interior da China, possa ser aumentado o número de actividades e de vagas para os alunos do ensino secundário para adquirirem experiência profissional e realizarem os seus planos. Deve-se ainda proporcionar-lhes mais oportunidades e canais para conhecerem, participarem e cultivarem os seus interesses, orientando-os no planeamento e definição, o mais cedo possível, do rumo da sua carreira profissional. O Governo deve rever e otimizar os actuais programas de atribuição de prémios e bolsas de estudo para que, tendo em conta os dados actualizados da procura de talentos, se proceda ao ajustamento do número de vagas e desses prémios e bolsas para determinadas profissões. Esses prémios e bolsas de estudo devem ser atribuídos de acordo com os diferentes níveis de ensino superior, a fim de incentivar os alunos a optarem pelas disciplinas e profissões relacionadas com as indústrias emergentes, formando-se assim os talentos no âmbito destes sectores.

3. Promover a credenciação profissional e apoiar o desenvolvimento regional dos jovens. Sugere-se a promoção contínua dos trabalhos de articulação com os padrões internacionais na área da certificação profissional e dos caminhos de desenvolvimento profissional em Macau, proporcionando as condições favoráveis e os mecanismos de articulação para que talentos de todo o mundo possam desenvolver as suas actividades em Macau. Devem-se estudar planos de optimização do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo" e do "Programa de Estímulo à Formação e aos Exames de Credenciação dos Quadros Qualificados". Nesse sentido, as instituições de certificação profissional internacionalmente reconhecidas e os seus cursos *online* deverão estar incluídas no âmbito do subsídio para a formação contínua, e deve ser concedido um subsídio adicional para os cursos específicos de certificação e formação profissional. O número e o montante do subsídio do Programa de Estímulo aos Exames de Credenciação devem ser aumentados, no sentido de prestar maior apoio aos residentes de Macau na obtenção de credenciação profissional, atribuindo-lhes uma capacidade mais sólida de *soft* e *hard power* para se integrarem na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada, assim como no desenvolvimento das novas indústrias de Macau, formando-se assim os talentos da nova era de Macau em prol do desenvolvimento do País.

2024-10-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

### **“Sam Hou Fai é a nova esperança dos residentes de Macau”**

Com um número bastante elevado de preposituras e de votos, o Sr. Sam Hou Fai foi eleito como Chefe do Executivo (CE) do VI Governo da RAEM.

Assim, formulamos os nossos sinceros votos de sucesso no desempenho deste importante cargo de elevada responsabilidade e que traga prosperidade à RAEM e eleve a qualidade de vida aos residentes, sob a égide dos princípios fundamentais “Um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia e “mantendo-se inalterados durante cinquenta anos, o actual sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes” dos seus residentes.

Muitos cidadãos, depositam uma nova esperança no futuro CE e na sua equipa governativa. À sua frente estarão enormes desafios para revitalizar a economia local. Será necessária capacidade, habilidade e competência para resolver os principais problemas que afectam a vida dos cidadãos, desde o desemprego, ao tráfego rodoviário, à qualidade da prestação dos serviços de saúde pública e melhorar a qualidade, eficiência, a eficácia e a transparência dos gastos públicos.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a RAEM com cerca de 700 mil habitantes tem um dos PIB per capita mais elevados do mundo.

Contudo, este PIB é altamente suportado pelos gastos públicos e dos apoios provenientes do erário público às empresas subsídio-dependentes bem como dos investimentos financeiros das empresas dos Jogos em actividades económicas não permanentes e de duvidosa rentabilidade e que neste momento não garantem postos de trabalho estáveis, seguros e duradouros aos residentes.

Aumenta a precaridade do mercado de trabalho derivado de uma variedade de factores político-económicos que aliado à falta de investidores estrangeiros e do interior do continente tem criado enormes problemas de sobrevivência das PME principalmente no sector imobiliário que neste momento se encontra “moribundo”. A crise no sector imobiliário deriva de uma maior oferta de habitação pública face ao envelhecimento da população e os jovens estão a perder a capacidade de poder de compra de uma habitação preferindo muitos deles arrendar e residir no interior do continente.

Vários estudos demonstram que a pandemia de Covid-19 causou um grande impacto nos trabalhadores menos qualificados que estão sujeitos à maior probabilidade de emprego informal. Esta situação de desemprego que é cada vez mais juvenil é igualmente agravada pela desproporcionalidade dos trabalhadores não residentes e dos trabalhadores ilegais que ocupam muitos destes seus postos de trabalho.

A contracção do emprego tem tido efeitos significativos nos cidadãos e as pequenas e médias empresas lutam pela sua sobrevivência. Nos próximos tempos será acérrima a

competitividade da indústria do Jogo com as suas congéneres que se encontram localizadas nas regiões adjacentes a Macau a quererem retirar “uma fatia cada vez maior do bolo”.

Concluo dizendo, que a RAEM precisa de se internacionalizar implementando políticas económicas para atracção de investimentos estrangeiros directos lançando uma campanha global de promoção de investimentos sob o lema "Investir em Macau" bem como liderar delegações comerciais ao exterior para promoção de investimentos participando nas principais feiras mundiais de indústrias, turismo e tecnologias e oferecendo nestes locais serviços de consultoria acerca dos assuntos mais importantes nomeadamente os baixos impostos, regras de origem flexíveis, liberalização do comércio de mercadorias e simplicidade dos procedimentos aduaneiros e liberdade na movimentação de capitais e recursos humanos.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 16.10.2024**

### **Assegurar a transparência na implementação do Acordo sobre as Quotas para os Autocarros e Táxis Transfronteiriços entre Guangdong e Macau**

Com a política de “circulação de veículos de Macau na província de Guangdong” e a construção da Grande Baía, o fluxo de pessoas e a procura de transporte entre os dois lados têm aumentado nestes últimos anos. Para facilitar ainda mais as deslocações transfronteiriças, o Governo de Guangdong e a DAST de Macau assinaram, no ano passado, o “Acordo sobre as Quotas para os Autocarros e Táxis Transfronteiriços entre Guangdong e Macau”, para permitir a circulação de autocarros transfronteiriços e o lançamento do serviço de táxis transfronteiriços entre Guangdong e Macau. Esta medida reforça o transporte terrestre transfronteiriço de passageiros, facilita as deslocações dos residentes e turistas entre Guangdong e Macau e assume um papel importante na promoção da integração da população local no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada.

Os veículos de transporte transfronteiriço de passageiros existentes têm alguma capacidade, mas com o aumento constante do fluxo de pessoas, o número dos autocarros transfronteiriços dificilmente consegue satisfazer as necessidades dos turistas e residentes. Por isso, a implementação das quotas para os autocarros e táxis transfronteiriços entre Guangdong e Macau pode aliviar, em certa medida, a pressão sobre o trânsito transfronteiriço e reduzir, significativamente, o tempo de espera. Porém, já se passou mais de um ano desde a assinatura do acordo, e ainda não foram divulgados os pormenores sobre a sua implementação, e na internet, também há muito poucas informações sobre o número de quotas, os requisitos de requerimento e o processo de atribuição, o que deixou as empresas qualificadas numa posição muito passiva e lhes gerou incertezas. A falta de transparência na implementação e na divulgação de informações põe gravemente em causa a justiça social e diminui a credibilidade do Governo.

O Governo deve então divulgar, atempadamente, o ponto de situação das quotas para a circulação de autocarros e táxis transfronteiriços entre Guangdong e Macau, e tomar a iniciativa de divulgar a calendarização dos respectivos trabalhos e outros pormenores, no sentido de esclarecer as dúvidas e preocupações dos cidadãos e das empresas em relação a esta política. Numa entrevista aos meios de comunicação social, a DSAT afirmou que ia discutir sobre o número de quotas (para autocarros e táxis transfronteiriços entre Guangdong e Macau), por isso, muitas empresas qualificadas querem estar preparadas para esta oportunidade.

No entanto, recentemente e sem qualquer divulgação de informações, passaram a estar em circulação vários veículos com matrícula "GC". As informações sobre a qualificação destes veículos e sobre se os motoristas são locais também são ambíguas, e a falta de transparência pode facilmente criar zonas cinzentas que podem afectar a justiça social. Perante isto, o Governo deve prestar elevada atenção ao assunto e divulgar atempadamente as informações relativas aos veículos em causa, e não tomar decisões sem qualquer justificação. Quanto à luta das empresas pelo transporte transfronteiriço, o Governo deve auscultar, quanto antes, as opiniões dos diversos sectores da sociedade sobre os acordos

*(Tradução)*

respeitantes às condições de apreciação e autorização, com vista a responder, atempadamente, às solicitações da população. Há que seguir os princípios de justiça, abertura e imparcialidade, com vista a proporcionar aos sectores um ambiente de concorrência leal e um apoio político saudável. Isto é muito importante para manter a vitalidade da economia de Macau e para equilibrar as necessidades de desenvolvimento das empresas locais.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.10.2024**

### **Unir as forças de amor à Pátria e a Macau / Criar um futuro melhor para Macau**

A eleição do 6.º Mandato do Chefe do Executivo da RAEM realizou-se com sucesso no dia 13 de Outubro, tendo o candidato Sam Hou Fai sido eleito, por maioria esmagadora, como Chefe do Executivo do VI Governo da RAEM. Esta primeira eleição após a revisão da Lei eleitoral para o Chefe do Executivo da RAEM é importante para a plena implementação do princípio “Macau governado por patriotas”; todo o processo eleitoral decorreu de forma justa, imparcial e sem sobressaltos, criando um novo ponto de partida para o desenvolvimento de Macau; e o resultado da votação reflecte plenamente a vontade da população. Acreditamos que o novo Chefe do Executivo conseguirá satisfazer as expectativas da população, unir e liderar a sociedade de Macau no sentido de congregar esforços, investir na inovação e criar um futuro melhor. Aproveito esta ocasião para congratular mais uma vez o senhor Sam Hou Fai pela sua eleição.

O desenvolvimento de Macau encontra-se numa fase muito importante. Com o forte apoio do País, Macau terá um grande espaço de desenvolvimento, mas vai enfrentar muitos desafios e conflitos. A nova equipa governativa deve aprofundar a reforma, inovar o desenvolvimento, unir as forças de amor à Pátria e a Macau, superar todas as dificuldades e os desafios, adaptar-se às necessidades do desenvolvimento e responder às expectativas dos cidadãos, para abrir um novo capítulo para o desenvolvimento de Macau e promover a implementação estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas”.

Assim, proponho o seguinte:

1. Os talentos são o recurso humano prioritário para a reforma e inovação, e sobre eles se deve basear a nova fase de desenvolvimento, a implementação de novos conceitos de desenvolvimento, a criação de novos padrões de desenvolvimento e a promoção do desenvolvimento de alta qualidade, pelo que é necessário dar-lhe prioridade à descoberta. Assim, a nova equipa governativa deve integrar diferentes talentos, absorvendo todos aqueles que tenham capacidade e vontade de servir a sociedade, com vista a assegurar a formação e o desenvolvimento de talentos para a governação da RAEM.

2. Macau sempre teve uma posição de amor à Pátria e a Macau, e as associações e os jovens do sector profissional são uma parte importante das forças patrióticas e de amor a Macau. Como Macau é uma sociedade associativa, para reunir os maiores círculos associativos de "amor à Pátria e a Macau" não pode continuar a adoptar o antigo modelo de pensamento, mas sim reforçar a construção de canais amplos de comunicação. Por isso, a nova equipa governativa deve acelerar a criação de mecanismos e de canais para o reforço da comunicação com as associações e os cidadãos favorável ao amor à Pátria e a Macau, e também aperfeiçoar ainda mais os mecanismos de ligação com os diversos sectores locais. Deve-se fomentar de forma activa o amor à Pátria e a Macau, alargando-se os canais de

ampliação desse amor, a fim de se alcançar o consenso e de congregar forças para o desenvolvimento de Macau.

3. O princípio “ter por base a população” tem sido desde sempre uma das principais linhas de acção governativa do Governo da RAEM. No passado, foram concluídas muitas obras importantes relacionadas com a vida da população, infra-estruturas relacionadas com habitação, e as obras relativas ao trânsito e ao ambiente comunitário têm vindo a ser constantemente aperfeiçoadas. Com a entrada numa nova fase de construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada, as actuais instalações relacionadas com a vida da população ainda não satisfazem as necessidades do desenvolvimento diversificado de Macau. Sugiro que a nova equipa governativa reforce as infra-estruturas relativas à vida da população, promova a construção urbana, empenhando-se, nomeadamente, na concretização da renovação urbana e na melhoria do ambiente de negócios, entre outras questões e problemas profundos da sociedade, polindo o "cartão-de-visita dourado" da cidade internacional de Macau, promovendo o desenvolvimento integral dos diversos sectores de Macau e criando melhores condições de vida para os residentes.

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 16.10.2024

### **Aumentar o montante do financiamento para a reparação predial, para promover a renovação urbana com a “reparação” e “reconstrução” em simultâneo**

Segundo os dados estatísticos mais recentes, existem em Macau cinco mil edifícios com mais de 30 anos, dos quais muitos têm mais de 40 anos e são edifícios sem elevadores espalhados por diversos bairros comunitários e conhecidos como os “três não”: não têm órgão de administração, nem empresa de administração, nem gestão por parte de moradores. As instalações destes edifícios estão envelhecidas ou danificadas, por falta de gestão e manutenção, e o número destes edifícios vai aumentar exponencialmente com o passar do tempo.

Para além dos edifícios antigos e sem elevadores, muitos edifícios e complexos habitacionais mais novos, devido à qualidade insuficiente na construção ou à má gestão e manutenção, registam frequentemente problemas de desprendimento de reboco das paredes exteriores, em dias de mau tempo, nomeadamente de chuvas torrenciais, e entre eles não faltam habitações económicas construídas pelo Governo, como o Edifício do Lago e o Edifício Koi Nga.

Do ponto de vista económico, as referidas situações têm impacto no valor dos imóveis e não favorecem o desenvolvimento urbano e o ambiente comercial. Do ponto de vista da vida da população, as questões em causa reduzem a qualidade de vida, constituem uma bomba-relógio em todas as zonas e ruas, ameaçando a segurança dos cidadãos e dos turistas.

O "Regime jurídico da construção urbana" e o "Regime jurídico da administração das partes comuns do condomínio", entre outras leis, definem claramente as responsabilidades dos proprietários quanto à administração e conservação dos edifícios, no entanto, devido a razões históricas e reais, os efeitos não são evidentes e o andamento da sua implementação é muito lento e difícil. Tal como foi aprovado há dois anos, o "Regime jurídico de segurança dos ascensores", que entrou em vigor este ano, gerou muitas controvérsias e dificuldades entre os residentes e o sector.

A reparação e manutenção dos edifícios implicam, muitas vezes, despesas elevadíssimas e periódicas. Mesmo quando os residentes responsáveis constituem conselhos administrativos, os encargos são enormes quer para os proprietários quer para o fundo de reparação, que não conseguem suportar as despesas. Quanto às famílias das camadas sociais mais baixas e os idosos, que vivem nos “edifícios dos três não” já com muitos anos de construção e com poucos condóminos, partilhar as despesas é ainda mais difícil.

Claro que esta situação não é exclusiva de Macau, e as regiões vizinhas, como Hong Kong e muitas cidades do Interior da China também enfrentam a mesma situação. Hong Kong já há muitos anos que definiu políticas e que apoia o mercado imobiliário e as empresas de consultadoria, e tem tomado a iniciativa de apoiar e promover a criação de assembleias de condóminos nos “edifícios três não” das diversas zonas, e o mais importante

é a atribuição de milhares de milhões de apoio financeiro aos condóminos para a realização de grandes obras de reparação e manutenção dos edifícios.

Pode tomar-se como referência o montante do subsídio de Hong Kong, que é até 80% das despesas da obra, com um limite máximo de 40 mil dólares de Hong Kong por habitação, enquanto o subsídio para as habitações dos idosos com 60 anos cobre a totalidade das despesas da obra, com um limite máximo de 50 mil dólares de Hong Kong. Os serviços competentes de Macau também lançaram subsídios semelhantes, mas o limite máximo é só de 30 % da obra, com um montante de apenas milhares de patacas, o que não consegue cobrir as caras e grandes obras de reparação.

Assim, sugiro e solicito que, no próximo mandato, o Governo e especialmente os serviços competentes ponderem, para além do actual modelo de adquirir e reconstruir os prédios através da Macau Renovação Urbana, a “reparação predial” como um dos importantes rumos a seguir no âmbito da renovação urbana, adoptando dois modelos em simultâneo. Numa perspectiva do desenvolvimento económico e da segurança pública, sugere-se que o Governo tome como referência a prática do Interior da China e da RAEHK, no sentido de orientar e recorrer às forças do mercado para resolver a questão dos prédios que não têm administração predial, assembleia de condóminos nem grupos de ajuda de residentes. Mais, é também necessário reforçar e actualizar o actual regime de subsídio para os edifícios, assim como criar elementos jurídicos complementares para, por exemplo, a vistoria obrigatória dos prédios, a fim de assegurar e acelerar a renovação urbana, garantindo o valor dos prédios urbanos. Mais, há também que, através do respectivo plano, apoiar a sobrevivência e o desenvolvimento do sector local em causa e dinamizar o mercado, a fim de embelezar a fisionomia da cidade, fornecer boas condições para o ambiente de negócio e criar mais postos de trabalho. O mais importante é que isto pode ajudar os residentes a melhorar o ambiente habitacional, a aumentar a qualidade de vida e a assegurar a segurança pública, portanto, uma medida polivalente.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2024**

Nos últimos anos, a consciência da população sobre a saúde tem aumentado. Sob a estratégia nacional “China Saudável”, a indústria da saúde transformou-se numa importante força motriz de crescimento económico na nova normalidade, e nas Linhas Gerais do Planeamento Estratégico para o Desenvolvimento da Medicina Tradicional Chinesa (2016-2030), divulgadas pelo Conselho de Estado, foi apresentada a ideia de desenvolver serviços no âmbito da medicina tradicional chinesa, saúde e turismo, com vista à promoção da respectiva integração orgânica. Neste momento, a integração entre a medicina tradicional chinesa e o turismo está a ser alvo da ampla atenção, enquanto novo modo de desenvolvimento económico. Com empenho, Macau tem impulsionado o desenvolvimento da indústria da saúde, assim pode aproveitar as vantagens do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin para criar projectos como “medicina tradicional chinesa + turismo” com características próprias, contribuindo para o enriquecimento do turismo local e a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Muitas cidades do Interior da China estão a acelerar o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, da saúde e do turismo, por exemplo, em Pequim, está a ser promovida a construção de uma base de demonstração da medicina tradicional chinesa, do turismo e da cultura, e foram ainda lançados, respectivamente, 13 roteiros. Com o desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau, o potencial de Macau na área da medicina tradicional chinesa e do turismo será ainda mais liberalizado, e Macau pode aproveitar as vantagens únicas do referido Parque e integrar os seus recursos para, em conjugação com os ricos recursos turísticos, explorar produtos turísticos e da medicina tradicional chinesa. Ao mesmo tempo, deve-se aprofundar a cooperação com o sector cultural e turístico, para lançar uma série de itinerários turísticos com o tema da cultura da medicina tradicional chinesa e, aproveitando Macau como “Cidade Criativa de Gastronomia”, criar, por exemplo, exposições sobre a história e cultura da medicina tradicional chinesa, projectos do centro de experimentação desta medicina e do restaurante de terapia alimentar da “medicina tradicional chinesa +”, no sentido de atrair turistas interessados num estilo de vida saudável. Além disso, através de meios digitais, há que criar experiências interactivas no âmbito da cultura da medicina tradicional chinesa, permitindo que os turistas conheçam profundamente as origens históricas e o processo de desenvolvimento desta e percebam os seus encantos únicos mediante nova plataforma para a divulgação da cultura da medicina tradicional chinesa.

Macau deve reforçar a cooperação com o Interior da China em termos de quadros qualificados, investigação científica e recursos na área da medicina tradicional chinesa, elevar o nível e a capacidade de inovar os seus serviços locais e alcançar novos avanços nas

áreas do turismo e da medicina tradicional, oferecendo aos turistas uma experiência única no turismo da saúde. O Governo deve aproveitar as vantagens únicas do “cartão-de-visita dourado” da metrópole internacional de Macau e do “Centro Mundial de Turismo e Lazer” para promover o projecto do turismo de saúde focado na medicina tradicional chinesa e mostrar ao mundo o encanto da cultura da sua medicina e transformar Macau num destino turístico de renome internacional.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 16.10.2024**

### **Aumentar a segurança dos elevadores através da fiscalização e apoio**

Segundo os dados dos Serviços de Solos e Construção Urbana (DSSCU), encontram-se em funcionamento e registados em Macau cerca de 10 500 ascensores, dos quais 80 por cento (cerca de 8400) são elevadores. De entre os ascensores, 22 por cento pertencem aos serviços públicos, 30 por cento a empresas de lazer e os restantes a particulares. Para reforçar o controlo da qualidade dos ascensores, o “Regime jurídico de segurança dos ascensores” entrou em vigor no dia 1 de Abril do corrente ano. A lei define os responsáveis pelos ascensores e os seus deveres, as condições de acesso e o exercício da actividade das entidades de manutenção e inspecção, etc., e prevê que, caso não efectuem as benfeitorias necessárias no prazo legal de 3 anos, as inspecções passam a ser realizadas a cada oito meses, até que todas as melhorias estejam concluídas.

É de salientar que, após a entrada em vigor da lei, a administração do condomínio e os moradores têm vindo a queixar-se de que, se os elevadores dos seus edifícios forem equipados de acordo com as disposições legais, as despesas de cada elevador variam entre as dezenas de milhares e as centenas de milhares de patacas. No caso de instalação de acessórios, como os mesmos não estão abrangidos pelo apoio financeiro concedido pelo Fundo de Reparação Predial, os proprietários têm de suportar as respectivas despesas, o que dificulta a obtenção de consenso. Os proprietários estão preocupados com o facto de não poderem ser introduzidas as melhorias necessárias dentro do prazo estipulado, o que vai aumentar os custos do tratamento posterior. Por isso, esperam que o Governo alargue o âmbito do apoio financeiro vigente ou crie planos específicos de apoio financeiro, mas infelizmente os serviços competentes limitam-se a responder que o Fundo de Reparação Predial dispõe de um plano de apoio financeiro.

De facto, o âmbito do apoio financeiro do “Fundo de reparação predial” não abrange as peças acessórias instaladas em ascensores. A respectiva resposta evita, obviamente, o importante para discorrer sobre o insignificante, menosprezando as dificuldades que os proprietários enfrentam na prática; a atitude burocrática e a passividade deixam as pessoas sem outra alternativa e em nada contribui para o aperfeiçoamento dos ascensores ora instalados em edifícios, para além de contrariar a salvaguarda da segurança dos moradores.

Existem em Macau mais de 8 mil ascensores. O número de entidades inspectoras qualificadas registadas nas autoridades aumentou para 7, mas cada técnico inspecciona, no máximo, 6 ascensores por dia. Para além disso, normalmente, o pico do período de inspecção costuma ser no final do ano, e mesmo que as autoridades tenham respondido que as exigências podiam ser cumpridas, a sociedade continua a ter dúvidas.

É de salientar que é necessário e razoável elaborar leis para fiscalizar a qualidade e a segurança dos ascensores, e reforçar a protecção dos utilizadores. No entanto, as autoridades não ponderaram nem planejaram bem as medidas complementares necessárias para a entrada em vigor da lei, o que levantou dúvidas quanto à eficácia da sua promoção, levando a que alguns residentes tivessem de suportar despesas avultadas, para além das previstas no

orçamento, aumentando assim os seus encargos económicos. Quanto a esta questão, o Governo deve proceder a uma revisão e à sua resolução, a fim de evitar que, devido à insuficiência de medidas complementares, a intenção legislativa do regime fique comprometida ou a segurança domiciliária seja afectada.

Assim sendo, apresento as seguintes duas opiniões/sugestões:

1. Para além do reforço da fiscalização para incentivar os proprietários à inspecção e reparação, sugiro ao Governo que reveja, quanto antes, o plano de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, alargando o seu âmbito. Deve ponderar também a criação de planos específicos de apoio para o melhoramento dos edifícios que as reúnem condições exigidas por lei, acelerando a resolução dos problemas dos elevadores em diferentes edifícios, caso existam, por forma a assegurar, em conjunto, os trabalhos de reparação e de manutenção desses edifícios.

2. Neste momento existem quatro entidades de inspecção, ainda sujeitas a análise, por isso, sugiro às autoridades que acelerem os procedimentos de apreciação e autorização dos pedidos, para que mais empresas qualificadas possam entrar em funcionamento o mais rápido possível, elevando assim a eficiência global da inspecção. Ao mesmo tempo, importa que a sociedade tenha mais opções, de modo proteger a entrada e a saída dos moradores nos edifícios e garantir a segurança da comunidade.